

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/10/2014 - Edição 1135

# Lula e os vigilantes do Brasil pelo piso nacional de R\$ 3 mil!



Ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoia a luta dos vigilantes pelo piso nacional de de R\$ 3 mil para vigilante

O ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também está com os vigilantes na luta pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil. Nesta terça-feira (30), em almoço com sindicalistas realizado em Barueri (SP), o secretário de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira da Silva Filho, falou sobre a campanha a Lula, que prontamente deu seu apoio.

Lula é mais um que entende a importância da luta pela valorização da categoria e sabe que o Piso Nacional de R\$ 3 mil é um grande passo. Sem dúvida alguma, vigilantes de todo o país ganham ainda mais confiança na luta, que vai ser desafiante no Congresso Nacional.

O apoio do ex-presidente não é novidade, já que durante seu governo e também com Dilma milhões de brasileiros saíram da linha da miséria. Para os vigilantes, especificamente, o saldo foi positivo. Foi com Lula que,

em 2006, o colete balístico passou a ser Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Já com Dilma, a lei da periculosidade foi sancionada (2012) e aqueles que trabalham em empresas contratadas por órgãos federais não correm mais risco de levar calote. Isto porque em 2014, graças à luta da CNTV e de entidades de todo o país pelo fim do calote, foi garantida a retenção em conta bloqueada das verbas trabalhistas.



CNTV recebe apoio do Ex presidente da República Lula na luta pelo piso nacional

## Lançamento da Campanha em Barueri

O lançamento da Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil em Barueri ainda não tem data marcada. Segundo Amaro, o evento deve ser realizado ao final das eleições na Câmara Municipal, reunindo lideranças sindicais locais e nacionais.

Fonte: CNTV

# Sindicato dos Vigilantes de Barueri convoca Assembleia Geral Extraordinária com os trabalhadores da GP



No próximo dia 4 de outubro, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri realizará, a partir das 9h, Assembleia Geral Extraordinária Específica para os trabalhadores da empresa GP – Guarda Patrimonial de São Paulo, que pertencem à base territorial de Barueri.

O presidente dos Vigilantes, Amaro Pereira, conta com a presença de todos no encontro, que será realizado na sede do Sindicato, para discutir temas específicos da GP, como supostos descontos nos holerites dos trabalhadores. “Sobre essa questão, peço que todos compareçam com os documentos específicos que comprovem tais descontos. Com isso, podemos deliberar sobre as providências que devemos tomar em relação a cada situação apresentada”,

**explica o presidente.**

O encontro também vai debater os trâmites necessários do processo de autorização para a diretoria do Sindicato estabelecer negociações com a GP com o objetivo de sanar as irregularidades constatadas, entre outros tópicos.

## Agenda

Assembleia Extraordinária Específica da GP- Guarda Patrimonial de São Paulo

Data: 4/10

Horário: A partir das 9 horas

Local: Sede do Sindicato dos Vigilantes de Barueri - Rua Claro de Camargo Sobrinho, nº 358, Vila Pouso Alegre, Barueri

Fonte: Força Sindical

## CNTV participa de reunião de Confederações de trabalhadores

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participou nesta terça-feira (30), representada pelo presidente da Fesvig e diretor da CNTV, Moisés Alves da Consolação, de uma reunião do Fórum Nacional das Confederações dos Trabalhadores. O encontro foi realizado na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec).

O presidente da Fesvig, Moisés Alves da Consolação, fez um histórico da CNTV, desde seu registro, passando pelos principais embates, até chegar à luta atual: Piso Nacional de R\$ 3 mil para todos os vigilantes. Os participantes do Fórum concordaram que a queda de braço atual se deve a esta bandeira e existem também ataques ao modelo de organização da Confederação.

Fonte: CNTV

# Vigilantes de Caicó, no Rio Grande do Norte, estão na luta pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil

Dia após dia, a Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil ganha mais adesão. Nesta terça-feira (30), vigilantes de Caicó (RN) participaram da assembleia de lançamento realizada pelo Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Norte (Sindsecur/RN). Em todas as regiões, trabalhadores comprometidos com a luta séria e responsável realizada pela CNTV vêm se unindo para garantir mais uma conquista para a categoria.

Fonte: CNTV

# VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



## 7 de outubro: Jornada Mundial pelo Trabalho Decente



João Antonio Felício, presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI)

### Presidente da CSI, João Felício convoca mobilização

Na próxima terça-feira, 7 de outubro, a Confederação Sindical Internacional (CSI) realizará em mais de 150 países a Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, este ano com o lema “Justiça para os trabalhadores e trabalhadoras, Justiça climática”. Nesta entrevista, o presidente da CSI, João Antonio Felício, faz uma reflexão sobre o significado da jornada, que reafirma a luta pelo desenvolvimento sustentável.

### De que forma a luta pela justiça climática dialoga com a luta pelo desenvolvimento sustentável?

Há, evidentemente, um vínculo direto entre a exploração de recursos naturais, contaminação e exploração da classe trabalhadora. Afinal, não é à toa que geralmente são as mesmas empresas que contaminam e/ou

destroem comunidades e que também permitem que seus funcionários se encontrem em condições precárias e até mesmo de escravidão, como ocorre nos setores de mineração e desflorestamento. Precisamos pensar na defesa do meio ambiente junto a um modelo justo de desenvolvimento para todos os países, uma vez que os efeitos devastadores da poluição e das mudanças climáticas não farão com que os objetivos do trabalho decente se concretizem. Não podemos permitir que uns poucos continuem usufruindo das benesses da superexploração da grande maioria. O caminho de diálogo social construído em nosso país nos últimos anos demonstra ser o mais correto para garantir e aprofundar avanços.

### **Qual a importância da defesa do meio ambiente para a classe trabalhadora?**

A defesa do meio ambiente é essencial para os trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que somos os primeiros a sentir os reflexos daninhos da degradação, que impacta obviamente àqueles que estão mais expostos às substâncias químicas, às condições de insegurança e insalubridade. Somos os que perdemos mais anos de vida e de saúde. Por isso temos lutado tanto para que a agenda pós 2015 da Organização das Nações Unidas (ONU) assegure que o pleno emprego, o trabalho decente e os pisos de proteção social constituam pilares centrais na ação mundial.

### **E a responsabilidade dos governos nesta ação?**

Vivemos num mundo em que a grande maioria dos governos, infelizmente, tem optado por políticas que aumentam ainda mais a desigualdade social e que ampliam as assimetrias entre países e povos, negando à classe trabalhadora o direito a um desenvolvimento sustentável. Mesmo bens comuns essenciais à continuidade da vida, como a biodiversidade, a água, as sementes, os bosques e a energia têm sido alvo da cobiça dos países

centrais e de suas transnacionais, que tentam inclusive apropriar-se dos conhecimentos repassados de geração a geração para transformá-los em mercadoria. Assim, parcela expressiva das instituições internacionais apenas reproduz os interesses do grande capital, o que tem impactado negativamente na democracia e na inclusão social. Desta forma, ao invés de um modelo de desenvolvimento sustentável, que respeite o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, o que vemos são medidas impostas a favor do mercado financeiro e dos interesses de grandes empresas e grupos políticos vinculados a eles. Daí a importância da nossa unidade e mobilização, levando às ruas de todo o mundo no próximo dia 7 as nossas reivindicações.

### **Este é o espírito da Plataforma para o Desenvolvimento das Américas (PLADA), proposta pela Confederação Sindical das Américas (CSA)?**

Exatamente. A PLADA aponta que o reconhecimento do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e as diferentes capacidades, são a pedra angular do regime internacional da mudança climática e para a superação do atual impasse. Daí porque resulta crucial a identificação dos responsáveis pelos maiores danos ao meio ambiente, pois é sobre estes que deverá recair o maior peso relativo à adaptação e mitigação do problema. Esta é uma questão chave para garantir o acesso igualitário a todos os povos a padrões mínimos de desenvolvimento, pois do contrário aceitaríamos a situação de que quem já cresceu - subindo nos degraus da devastação e da degradação ambiental - agora, poderia chutar a escada. O resultado seria, obviamente, catastrófico, com a manutenção e ampliação das históricas desigualdades e injustiças. Nas Américas, colocamos como prioridade estratégica incidir na disputa e construímos a PLADA como importante ferramenta nesta

disputa. Ela é uma formulação política estratégica de médio e longo prazo que aborda a questão nas suas dimensões política, econômica, social e ambiental.

### **Sobre a incompatibilidade entre o atual padrão de consumo de uma pequena elite e o resto do planeta, o que fazer?**

Enfrentar o consumismo exacerbado e da manutenção de padrões insustentáveis de uma ínfima minoria é uma questão chave para a classe trabalhadora pela responsabilidade que têm, junto a outros fatores, no problema das mudanças climáticas. Estas alterações do clima são algo que dialoga não apenas com a saúde e segurança, mas com a própria manutenção dos postos de trabalho. Registramos hoje os níveis de carbono mais altos da história e, sem políticas públicas e uma ação enérgica e bastante coordenada, ficará cada vez mais difícil estabilizar o aumento da temperatura. Por isso, frente à urgência de transformações que ponham em xeque o nosso próprio futuro enquanto Humanidade, defendemos uma transição justa, com a participação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de diálogo e elaboração, para que as decisões a serem tomadas espelhem as reais necessidades do mundo do trabalho e do conjunto dos países envolvidos.

### **Neste processo, articulação e mobilização são duas faces da mesma moeda.**

Para a consolidação deste novo modelo produtivo, são fundamentais as alianças com os demais movimentos sociais, unindo ecologistas, indígenas e mulheres, a fim de que, somando esforços, nossas posições reverberem e nos convertamos em referencial para todos aqueles que se dedicam à construção de um novo tempo, com melhores condições de vida e de trabalho. É este o compromisso da jornada.

Fonte: CUT

# Sindesv-DF: Atenção vigilantes que eram da OMNI e hoje estão na Brasfort!

Vigilantes, não se deixem intimidar por fiscais, encarregados e qualquer tipo de gente que, a mando do patrão candidato, esteja pressionando a votarem no dito cujo.

O voto é livre e secreto. Entre o vigilante e a urna não há mais ninguém.

Não há pressão e qualquer tipo de chantagem. Além disso, o que essas pessoas estão fazendo é crime eleitoral e o candidato que usa desses meios ilícitos pode ter sua candidatura cassada.

O Sindesv-DF orienta aos vigilantes que estão passando por essa situação constrangedora que entrem em contato com a entidade para denunciar quem está passando em seus postos de trabalho para fazer pressão. Manteremos o seu nome em sigilo.

Não se esqueça que quem protege os seus direitos e garante o seu emprego é o Sindicato dos Vigilantes do DF, pois temos em nossa Convenção Coletiva de Trabalho a cláusula da continuidade, que garante ao Vigilante o mesmo posto de serviço quando há troca de empresa. Uma cláusula conquistada com greve, mobilização, luta e até sangue, pois tivemos diretor do Sindicato baleado para garantir as conquistas que temos hoje.

Vote de acordo com a sua consciência e na certeza de quem realmente trabalha e luta por você.

Fonte: Sindesv-DF

## Aposentado da CEF obtém direito a auxílio-alimentação que recebia na ativa



A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Caixa Econômica Federal (CEF) a pagar o auxílio-alimentação a um funcionário aposentado por invalidez. A Turma considerou que o benefício foi instituído contratualmente e mantido por mais de 20 anos, e se incorporou ao contrato de trabalho do empregado, não podendo ser suprimido na complementação de aposentadoria, nos termos da Súmula 288 do TST.

Para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), o trabalhador não fazia jus ao recebimento da parcela, pois se aposentou em 2010, depois da alteração da norma interna que estendia a vantagem aos aposentados, de 1994. Em 2010, ressaltou o TRT, “há muito se encontrava suprimido o pagamento de tal parcela aos aposentados e pensionistas, por determinação do Ministério da Fazenda”. No recurso ao TST, o economiário argumentou que tinha direito adquirido ao benefício.

Segundo o ministro José Roberto Freire Pimenta, relator, que deu razão ao trabalhador, a Orientação Jurisprudencial Transitória 51 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), que trata especificamente da CEF,

apesar de se referir expressamente aos ex-empregados que já recebiam o benefício, se aplica também aos que não chegaram a recebê-lo na aposentadoria. Para ele, a OJ pode ser aplicada nesses casos porque tem por fundamento exatamente as Súmulas 51 e 288 do TST.

Segundo essas súmulas, as regras a serem observadas na aposentadoria são exatamente aquelas vigentes por ocasião da admissão do empregado. “São alterações posteriores mais benéficas”, afirma o relator.

Assim, seria irrelevante o fato de o empregado ter-se aposentado após a suspensão do pagamento da parcela, “pois o direito em questão, instituído contratualmente e mantido por vários anos, havia se incorporado ao seu contrato de trabalho, não podendo ser desconsiderado no momento da aposentadoria”. Na avaliação do ministro Freire Pimenta, somente os empregados que não receberam o auxílio-alimentação quando em atividade não fazem jus à parcela ao se aposentar.

Fonte: TST

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF